

REPRESENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NOS SINDICATOS RURAIS¹

Miguel Ângelo Lazzaretti e Eric Sabourin, UFPB-CH, DAS-MS

Resumo: Este trabalho estuda a construção coletiva dos temas de ação e de representação no marco da organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Baseia-se no acompanhamento das atividades de STR's em alguns municípios do oeste do Paraná e do Nordeste semi-árido. A primeira parte analisa a relação entre os temas de representação e a dinâmica da agricultura familiar na região de Toledo-Paraná. Na segunda parte são caracterizados os modos de construção dos processos da ação coletiva entre os STR's mais atuantes em defesa da agricultura familiar no Nordeste semi-árido. O texto conclui com a análise do perfil e do papel das lideranças sindicais na terceira parte.

Palavras chaves: ação coletiva, sindicatos rurais, lideranças.

Introdução

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) conformam a principal forma de organização profissional e gremial dos agricultores familiares do Brasil. O artigo trata da construção dos processos e dos temas dessa ação coletiva em dois contextos da agricultura familiar: o oeste do Paraná e o Nordeste semi-árido. A ação coletiva foi definida por Olson (1966) como a “*ação de um grupo de indivíduos que têm interesses comuns, geralmente expressos na defesa de um objetivo comum, ou de um bem coletivo*” (tradução nossa). De fato, existe uma relação entre as formas da ação coletiva e as formas das organizações - aqui dos sindicatos - onde essas ações são definidas e implementadas. Verifica-se esta afirmação na primeira parte, através da análise dos temas de representação de alguns STR no oeste do Estado do Paraná. Na segunda parte, são analisados os mecanismos de construção da ação coletiva entre vários sindicatos municipais na região semi-árida do Nordeste (Sabourin, et al., 1998). Finalmente, comparam-se os perfis das lideranças sindicais nos dois casos estudados.

1. Os temas da representação no sindicalismo rural do Oeste do Paraná

O estudo trata dos objetos de representação no sindicalismo de trabalhadores rurais do município de Toledo-PR. Por objetos de representação sindical entende-se as demandas que em cada período os dirigentes sindicais consideram serem os “direitos” e/ou interesses dos trabalhadores rurais. Estes objetos incluem tanto os temas de representação quanto as ações dos sindicatos. As ações correspondem ao “*conjunto das atividades desenvolvidas pela entidade sindical, desde a organização da rotina na sede, até a realização de atos de maior impacto, como passeatas ou bloqueio de estradas*” (Maduro, 1990:16).

A referência temporal para o estudo foi o desenvolvimento da agricultura do período de fundação do sindicato (1970) até o final dos anos oitenta. As mudanças na estrutura da agricultura familiar, se expressam na alteração do patamar tecnológico, na compulsão a mercantilização da maioria da produção agrícola e nos processos de seleção/exclusão ocorridos no meio rural. Nesta etapa, estava sendo implementado no Paraná, o modelo denominado de

¹ Artigo apresentado ao 37º Congresso da SOBER, agosto de 1999, Foz de Iguaçu-PR

“modernização conservadora da agricultura²”, com o culminar das suas consequências nefastas no período dos anos oitenta em diante. Procura-se estudar em paralelo, o perfil da ação da direção sindical e as transformações estruturais em andamento na agricultura que afetam as bases destes sindicatos. Salientamos que os depoimentos utilizados são de associados e membros da direção sindical³.

1.1 O papel da Igreja na fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Toledo-PR

A história da organização sindical dos trabalhadores rurais no Brasil inicia em 1933, com a criação do primeiro sindicato em Campos-RJ (Pascoalotto-Hachbart, 1989). Porém a mobilização no campo, apenas se expandiu após a segunda guerra mundial, intensificando-se a partir da década de 1950. “*Neste período, as principais formas de organização eram as ligas camponesas, associações de classe e sindicatos de trabalhadores rurais, difundidos principalmente a partir de variadas organizações políticas e/ou ligadas a igreja católica*” (Colognese, 1991:57). No Paraná a criação dos primeiros STR espelha-se nos modelos dos sindicatos do Rio Grande do Sul. Começa de 1964 em diante com os STR de Curitiba, Londrina e Ponta Grossa (FETAEP, 1987). Em Toledo, o STR é fundado em 1970 a partir da participação da Frente Agrária Gaúcha (FAG), da ACARPA (hoje EMATER) e do apoio da prefeitura municipal.

Os primeiros movimentos para a fundação do STR de Toledo, originaram-se de antigos membros do sindicato patronal que era então o único que agregava os produtores rurais. Nesta época (final dos anos 60), chega na cidade o padre Aluisio Weber. “*.era um grande sindicalista e com grandes experiências já desde a Europa e veio implantar na nossa região o movimento sindical. Ele estava aqui em Toledo e nós copiamos alguma coisa dele, ouvimos seus pensamentos e suas diretrizes*”(R1). Na verdade, o padre Weber tinha chegado até Toledo através de um pedido do então bispo da cidade Dom Armando Sório “*que sugeriu lá no Rio Grande do Sul que eles mandassem alguém prá a fundação deste sindicato*” (R1).

A Igreja mantinha relações com o meio rural no Rio Grande do Sul onde tinha gerado diversos sindicatos de trabalhadores rurais através da FAG⁴. O interesse da FAG era não deixar espaços para organizações “subversivas” ou de “esquerda” como mediadoras desta organização social dos trabalhadores rurais. Coradini (1988: 416) escreve *Na medida em que os anos de “autoritarismo” não davam condições de surgimento de heterodoxias e as concorrências eram limitadas, isso possibilitou a igreja católica ter um relativo monopólio sobre este sindicalismo.*

Em Toledo não foi diferente, não houve sequer indícios de outros grupos interessados em organizar o STR. É importante salientar, que a igreja iria garantir uma certa continuidade deste sindicalismo após o golpe militar de 1964, pois “*as entidades sindicais, tidas como ligadas a igreja, foram num certo sentido poupadas*” (Palmeira, 1985:45). Segundo Bressan (1978), a FAG tinha como principal finalidade desenvolver o espírito de solidariedade social entre os

² Este modelo de agricultura denominado “modernização conservadora” tem como objetivo uma mudança na base técnica de produção, que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada. Este processo foi estimulado pelo programa denominado “Revolução Verde” que se propunha a estimular a produção e a produtividade agrícola no mundo, visando o desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Sobre o assunto ver Brum (1985), Kageyama (1987), entre outros.

³ foram colhidos através de um roteiro de entrevista semi-estruturado colhidos através do gravador. Para os depoimentos da representação sindical, utilizamos o símbolo R1 e para os representados como R2 (os depoimentos estarão inseridos dentro do texto de forma original para um maior entendimento e fidelidade da pesquisa).

⁴ O padre Weber era um agente da FAG, criada pelos setores conservadores da igreja católica, contra as lideranças religiosas que apoiavam as ligas camponesas ou, a nível do Rio Grande do Sul, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem -Terra) surgido no início dos anos 1960 com apoio do PC e do PTB, ver Coradini, O. (1988).

homens do campo, tendo como objetivo a realização da doutrina social cristã. Era, segundo Bressan (1978:176) sempre vinculada a *“encarnar a imagem do evangelho no mundo rural segundo o plano de Cristo”*. Para isso a entidade possuía um departamento sindical com a finalidade de fundação de associações de classe, sindicatos de pequenos proprietários e assalariados rurais. *“A proposta da FAG tinha condições de atrair os pequenos proprietários rurais, pois estruturava-se a partir da defesa da produção familiar, contra o que se considerava um ataque a propriedade privada promovida pelo MASTER”* (Maduro, 1990:73).

Assim, em Toledo, esse sindicalismo dócil criado pela FAG ficou divorciado de idéias progressistas e vinculado essencialmente com a ordem social vigente. Segundo Bressan (1978:180), *“não houve maiores dificuldades para a FAG fazer com que os agricultores acreditassem que as conseqüências de possíveis mudanças pudessem serem piores que o atual estado vigente, pois toda a idéia de mudança estava vinculada e associada com o comunismo”*⁵. A definição de sindicato defendida pela FAG e colocada em prática pelos dirigentes sindicais de Toledo era a do *“orientador”* com as seguintes funções: *“representativo, defensor e reivindicador”*(R1).

Este tipo de representação sindical influenciou as ações do STR, que passou a ser, essencialmente uma entidade de ajuda social e de prestação de serviço aos trabalhadores. Desta forma, o sindicalismo posto em prática toma um caráter assistencialista e passa a ser implementado e aceito como a única forma de fazer movimento sindical.

1.2 A institucionalização sindical como entidade administrativa-assistencial (1970-80)

O STR de Toledo vai operar com uma estrutura administrativa centrada nas questões assistenciais. Neste período (1970-1973), os sindicatos rurais passam a receber recursos financeiros do Funrural. Sendo assim, a prestação de serviços por parte do sindicato, exigiu que os dirigentes permanecessem mais efetivamente e em tempo integral nas sedes sindicais. Esta permanência, repercutiu na produção dos objetos de representação; fez com que a produção de temas e ações incidisse num privilégio de alguns diretores. Isto significou concretamente o aumento da remuneração dos dirigentes (pago sob a forma de gratificações), principalmente o presidente. Este tipo de consolidação da estrutura sindical fez com que os dirigentes se sobrecarregassem de atividades burocráticas. A figura do presidente passa a ser importante, pois a concentração de atividades e poder nas suas mãos faz com que este possa permanecer por vários mandatos no cargo⁶.

Após efetivada a consolidação da estrutura física do sindicato - que foi o principal tema e ação dos primeiros anos - o eixo temático passa a ser centrado em dois nortes fundamentais: a assistência médico odontológica e a promoção de diversos cursos. Esta questão passa a ter um lugar definido no discurso e atuação dos dirigentes sindicais. Segundo Coradini (1988:327), *“a saúde e previdência social rural enquanto preocupação dos sindicatos de trabalhadores rurais, suas federações e confederações, de certo modo, é concomitantemente a sua própria formação e expansão”*. Neste sentido a assistência a saúde, torna-se o principal objeto de representação sindical. Os dirigentes sindicais tomam como *“único”* direito dos trabalhadores rurais, a saúde, *“pois você sabe que a situação do nosso trabalhador as vezes não é muito benéfica e a necessidade de ser atendido em problemas de saúde isso que é mais importante”*(R1).

⁵ Ao indagarmos durante a pesquisa de campo, alguns diretores fundadores deste STR, sobre esta questão, respondiam: *“graças ao bom Deus aqui não tivemos comunistas...”*.

⁶ O STR de Toledo vai ter durante toda sua história, apenas dois presidentes, um que assumiu após a fundação e que ficará no cargo até o ano de 1973 e um segundo que fica de 1974 até 1997, ano em que faleceu.

Os temas dos cursos promovidos pelo sindicato falam por si só: corte e costura e suinocultura. Sendo que os cursos de corte e costura são os mais frisados e destacados nos relatórios anuais dos programas ditos de educação sindical.

Outro benefício prestado pelo STR e que significou uma adesão importante dos representados, foram as concessões de aposentadorias: *Com a expansão da aposentadoria aos trabalhadores rurais a partir de 1972, o seu encaminhamento junto ao Funrural e a posterior entrega dos carnês de aposentadoria, constituíram momentos decisivos na conquista da adesão dos representados aos sindicatos. Tanto que entre os beneficiados e seus familiares era comum uma certa noção de dívida para com o dirigente sindical, identificado como o responsável pela concessão deste benefício (Colognese, 1991:114-115).*

Foi neste período que a chamada “modernização tecnológica da agricultura” se expande do Rio Grande do Sul para outros estados e atinge o oeste paranaense de forma intensa. O STR de Toledo, junto com a prefeitura, Emater, Cooperativa e a Secretaria da Agricultura, “participam” da promoção dessa modernização⁷. No entender dos dirigentes sindicais, o agricultor, o colono, tinha que mudar de padrão tecnológico. “...A gente trabalhou muito em conjunto com a Emater e ali nós fomos ao campo e fizemos reuniões em conjunto com a prefeitura (secretaria da agricultura), a própria cooperativa e nós fomos ao encontro do nosso produtor que ele deve mudar que ele não pode mais trabalha como antigamente os nossos pais trabalhava senão ele ia fica prá trás.....”(R1).

Por outro lado, a questão da reforma agrária era vista como algo “subversivo”. Isto se explica pelo perfil ideológico da representação sindical deste período, ou seja, a inculcação arraigada da propriedade privada da terra. Segundo os sócios, não era possível nesta época “*aprender sobre reforma agrária*” (R1). O período representou a consolidação institucional da estrutura de prestação de serviços do STR de Toledo. No entanto algumas variações começam a aparecer no final dos anos 70, demarcando um processo de ruptura neste sindicalismo.

1.3 Rupturas e continuidade nos objetos de representação sindical (1980-1989)

A partir do início dos anos 80, os objetos de representação sindical passam por um processo de ruptura/continuidade. O conteúdo dos temas e das ações não mudam, pelo contrário, o assistencialismo continua como norteador dos ideais da representação sindical, mas a forma evolui. Em 1980, o STR participa de debates sobre a reforma agrária em Curitiba e aproveita este movimento nacional para elaborar um manifesto sobre o confisco da soja, além de promover um protesto na rodovia que beira o município. Esta ruptura nas práticas foi circunstancial, na medida que os grupos ligados aos dirigentes sindicais eram produtores de soja. A consciência da representação estava ligada apenas à resultados imediatos, como o preço da soja. Após os resultados positivos das pressões junto ao governo federal de 1980, o sindicato vai reduzir suas reivindicações e movimentos e voltar as práticas anteriores.

Tratando-se de oposição sindical, durante os dois períodos em questão, apenas uma vez viria a ocorrer um enfrentamento de chapas diferentes, contudo com o fracasso da chapa de oposição. “*A oposição que tivemos aqui sempre perdeu*” (R1).

Esta perpétua direção sindical, vai demonstrar o caráter empresarial do seu sindicalismo. Um

⁷ O processo de modernização da agricultura paranaense puxado pela cultura da soja, ocorreu de uma forma veloz. Em apenas dez anos, expandiu-se e consolidou-se. O reflexo deste processo na região oeste (que foi a pioneira) resultou na expulsão de milhares de pequenos produtores rurais e no aumento acentuado do número de bóias-frias (ver Brum, 1985).

grupo de pessoas, sempre as mesmas, administra o sindicato, menos em função dos interesses coletivos que em função de interesses próprios. Por outro lado, estes mesmos dirigentes tentam demonstrar para a sociedade e para os trabalhadores rurais, uma face um tanto empreendedora de lutas sindicais. O Jornal do Oeste de 23/08/85, ilustra muito bem esta prática: “*O STR de Toledo, por sua diretoria, vem de público declarar que sempre esteve e estará solidário com a reforma agrária. Onde quer que o trabalhador rural esteja, nós estaremos a sua frente para representá-lo, defendê-lo e reivindicar a seu favor*”. O que interessava não era a reforma agrária, mas a imagem que a direção queria passar para as outras organizações e os associados, ou seja, credenciar-se como sindicato reivindicador.

Assim, o que podia se constituir-se como ruptura dos objetos de representação sindical, aponta para uma continuidade, onde os temas e ações aparecem com a mesma conotação distante da realidade da evolução da agricultura regional e das prioridades dos trabalhadores rurais.

2. Construção da ação coletiva nos sindicatos do Nordeste Semi-árido

Crozier e Friedberg (1977), definem a organização como *"um processo de criação coletiva através do qual os membros de uma coletividade aprendem juntos. Quer dizer que inventam e fixam juntos novas maneiras de jogar os jogos sociais da cooperação e do conflito e [] adquirem as capacidades de conhecimento, de relacionamento e de organização correspondentes"* (tradução nossa). Além dos processos de invenção e aprendizagem coletiva e de fixação de regras comuns, o processo de organização é também determinado pelo papel de atores, internos e/ou externos ao grupo. Por isto, incorpora-se nessa análise, no caso os sindicatos rurais, a dimensão da delegação de poder e de responsabilidade que permite integrar a atuação de tutelas ou influências externas e de lideranças internas ao grupo.

Considera-se, assim, a hipótese, formulada por Ostrom (1992), de construção da ação coletiva através de três modos diversamente realizados e combinados: (1) a delegação de poder e de responsabilidade, (2) a aprendizagem coletiva e (3) a regulação, no sentido do estabelecimento de novas regras comuns.

A aprendizagem coletiva, neste sentido, tem a ver com os conhecimentos “coletivizados” que os indivíduos mobilizam para a ação ou a organização. A noção de aprendizagem corresponde aqui à uma representação da organização que valoriza a experiência e o comportamento dos sujeitos.

Por regulação, entendemos a capacidade dos atores em definir e reconhecer regras na perspectiva de um controle coletivo das dinâmicas em jogo e das situações futuras. Os modos de regulação podem ser adquiridos pela transmissão de regras ou de normas, impostos por quadros jurídicos ou por tutelas ou construídos socialmente via aprendizagem coletiva.

Os sindicatos acompanhados no Nordeste semi-árido foram aqueles de Pintadas e Juazeiro na Bahia, Tauá no Ceará, Petrolina em Pernambuco e Lagoa Seca na Paraíba.

2.1. Origem dos sindicatos nordestinos e delegação de responsabilidades

Na zona semi-árida do Nordeste, a maioria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) criada durante o regime militar, conquistou mais autonomia a partir dos anos 1980. Podem ser distinguidas duas principais origens aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Nordeste: as lutas trabalhistas e fundiárias dos assalariados, mas sobretudo dos parceiros (moradores, meeiros e

arrendatários) e, por outra parte, os programas de assistência social e médica promovidos pelo estado. De fato, este transferiu para os STR a gestão da assistência médica no meio rural de maneira a desviar-los de sua função de reivindicação, sem portanto proibi-los⁸. Outra influência ou tutela determinante, além do Estado ou dos delegados das federações, durante o período militar, foi a Igreja Católica. Em Tauá e Pintadas, ela apoiou os agricultores e o STR contra as oligarquias. No caso de Lagoa Seca no Brejo da Paraíba, além do interesse pela manutenção do projeto de assistência médica criado pela paróquia, tratava-se de fundar um sindicato com uma diretoria moderada, favorável a Igreja, antes que este seja formado por elementos mais radicais. Pesou a história da criação do STR de Campina Grande entre 1958 e 1962, marcado pela concorrência acirrada entre os candidatos da Igreja e aqueles das Ligas Camponesas.

Assim, mesmo para a criação e organização dos STR os mais atuantes e radicais da região, houve, no início, delegação de responsabilidade à tutelas e atores externos. Durante o período militar, os delegados sindicais nomeados pelas federações estaduais, tinham o poder de criar sindicatos municipais, indicando e nomeando os membros da diretoria fundadora, como foi o caso em Lagoa Seca. Por acaso, neste município a fundação do STR em 1971, foi complicada por rivalidades entre a Prefeitura Municipal (MDB), a Igreja Católica e até entre assessores e delegados da própria federação estadual da Paraíba.

Entre os sócios de um STR, a delegação de poder e de responsabilidade para membros do grupo está associada, ao mesmo tempo, à noção que eles têm da representação dos seus interesses coletivos e ao reconhecimento de uma autoridade competente. Esta autoridade “representativa” permanece, ainda hoje, muitas vezes externa ao grupo local de produtores. Pode atuar como aliança ou como tutela. Certas alianças aparecem *a priori* paradoxais. Nos perímetros irrigados de Maniçoba e Curaça (Juazeiro-BA), os “colonos” membros do STR, para reivindicar os títulos de propriedade dos seus lotes, chamaram o Movimento dos Sem Terra, melhor preparado que suas organizações, para este tipo de ação (Sabourin et al., 1998).

2.2. A aprendizagem coletiva

Os sindicatos que se destacam na região, passaram em um momento ou outro por uma fase de luta trabalhista e/ou fundiária, propícia para forjar uma experiência coletiva na prática, e portanto para esclarecer ou priorizar os tais “objetivos comuns” (Olson, 1966). Esta dimensão constitui a primeira forma de aprendizagem coletiva. As organizações constroem-se na prática da experiência coletiva e seu perfil acaba sendo modelado por esta prática. Encontramos assim três principais práticas coletivas fundadoras: as lutas fundiárias e trabalhistas, a assistência social (médica ou aposentadoria) e o apoio a produção familiar.

Os conflitos trabalhistas no Sertão dos Inhamuns no Ceará (Tauá) e no Brejo da Paraíba (Lagoa Seca) motivaram a criação do sindicato nos anos 70. Em Pintadas (BA) foi a exacerbação das lutas fundiárias contra “grileiros” nos anos 80 que radicalizou e renovou a atuação do STR. Estes três sindicatos, destacam-se hoje na região, pela sua capacidade de formulação e realização de projetos e planos de desenvolvimento da agricultura familiar. Ao contrário, os sindicatos de Petrolina e Juazeiro, os dois principais municípios do Sertão do São Francisco, tiveram suas atividades polarizadas por ações trabalhistas pela existência de uma forte concentração de trabalhadores assalariados das empresas de irrigação. São, de fato, pouco atuantes junto aos

⁸ A nova Constituição (1988) fez a mesma coisa com a administração local da aposentadoria rural. Esta função continua a mobilizar os esforços das lideranças sindicais, em detrimento da ação sindical.

pequenos proprietários ou quanto a temas ligados à produção familiar. Paradoxalmente, são pouco radicalizados, quando não considerados publicamente como "pelegos". Pode ser explicado, em parte, pelas influências ou até as alianças entre as diretorias destes STR com as próprias empresas irrigadas, as lideranças políticas locais ou a corporação trabalhista (advogados, juizes etc..). Esta moderação explica porque produtores dos perímetros irrigados - não assalariados, mas colonos beneficiários de lotes - tenham que recorrer aos Movimentos dos Sem Terra (MST e MLT) para casos de reivindicação contratual ou fundiária junto ao Estado.

No caso de sistemas em mutação, se os conhecimentos comuns não estão adquiridos, devem ser construídos. Num contexto de circulação da informação limitada ou difícil, a aprendizagem coletiva passa por uma sucessão de experiências e ajustes, um período de alternância entre sucessos e fracassos que permitem criar referências locais. Este mecanismo pode ser assimilado, em termos coletivos, à racionalidade "processual" ou subjetiva definida por Simon (March e Simon, 1971). Em Pintadas (BA) e Tauá (CE), depois de uma série de tentativas frustradas, os STR conseguiram, nas eleições de 1996, participar da administração municipal, indicando o secretário de agricultura. Com os fracassos anteriores, aprenderam a legitimar-se através de projetos coletivos para o conjunto dos agricultores do município e a construir alianças políticas com outros setores ou partidos.

2.3. O estabelecimento de regras

O estabelecimento de novas regras comuns constitui já uma finalização de processos de decisão coletiva construídos e interpretados no decorrer da ação. As regras são traduzidas pela formulação de medidas consensuais (turnos e tarefas na diretoria, regulamento interno) ou impostas (estatutos, legislação federal), escritas ou não (ordem de tomada de palavra nas reuniões) e pela implementação de mecanismos que permitem verificar a sua aplicação. De uma maneira geral, as regras sobre as quais apoiam-se os atores respondem a quatro características principais (Favereau, 1994).

Primeiro, são respostas a questões práticas : com que recursos vai funcionar o Sindicato? como cobrar a taxa dos sócios ? como proceder para renovar a diretoria ?

Segundo, as regras constituem tantos modelos para serem validados : a conformidade nunca é automática. Favereau (1994) lembra que a regra "não é uma solução já pronta...mais um processo de investigação e adaptação" (tradução nossa). Existe certa flexibilidade na interpretação dos estatutos ou do regulamento entre os Sindicatos, em particular para as eleições da diretoria. Existem, também, tentativas de transgressão das regras pelos indivíduos.

Terceiro, as regras são ferramentas que aumentam a capacidade de ação individual. Veja-se o exemplo do STR, do município de Tauá. Consolidado nas lutas agrárias na região dos Inhamuns e na obtenção de melhores condições para o meeiros e parceiros, permitiu que estes se tornassem pequenos proprietários. De "sem terra", a base majoritária passou à pequenos proprietários, defendendo novos interesses em pro da produção familiar. O STR de Tauá fez votar uma lei agrária municipal em 1990, organizou comissões tecnológicas, grupos de interesse sobre manejo de água, algodão Mocó e caprinos, e conseguiu assumir a secretaria municipal de agricultura.

Quarto, as regras não são fixas, mas dinâmicas. São sujeitas a críticas e ajustes. O principal mecanismo de regulação, que permite à organização continuar a funcionar e a existir num ambiente em transformação permanente, reside precisamente na capacidade do grupo a elaborar e adaptar novas regras coletivas. Por exemplo, sempre em Tauá, os membros da diretoria que

beneficiaram de numerosos treinamentos que lhes permitiram melhorar sua situação produtiva passaram a ser questionados e criticados pelas bases de pequenos produtores. Isto foi, em particular, o caso nas regiões como a Serra dos Inhamuns, dominada por fazendeiros e onde continua a prática da meia. Assim, para legitimar a sua orientação e ampliar o número de beneficiários da sua ação coletiva, o STR de Tauá a partir de 1993, coordenou várias intervenções de instituições técnicas públicas e não governamentais para elaborar um Plano de Desenvolvimento Agro-ecológico municipal. Mas o poder de administração destes fundos e projetos continuava na mão da Diretoria do STR. Houve críticas e reclamações também por parte das instituições financeiras ou do poder político local. Então, a partir de 1995, o STR transferiu a administração do plano para os Conselhos e as associações de produtores.

Os projetos coletivos constroem-se, portanto, no quadro de negociações permanentes. Esta negociação não pode ser desprezada ou sub-avaliada, porque contribui para o estabelecimento de acordos consensuais ou majoritários e para uma apropriação comum dos objetos e das referências associados à ação coletiva.

Esses três modos de construção da ação coletiva são aqui apresentados separadamente, como se fossem fases sucessivas de um processo. De fato existe uma dinâmica, mas esta não é linear ou sequencial. Pois, sempre ha delegação de poder, mesmo no seio de uma organização burocratizada e regulamentada. A aprendizagem coletiva é permanente, indissociável de toda ação coletiva. Da mesma maneira, as reações contra as "antigas" regras ou as críticas das normas existentes levam a novos fenômenos de regulação. Estes aparecem também em razão das transformações do contexto, do acesso a informação ou do enfraquecimento próprio a qualquer sistema de regras. Se existe um processo, este é cíclico e iterativo.

3. Perfil e papel das lideranças

A delegação de poder no seio do sindicato é associada aos líderes, sejam eles dirigentes eleitos ou autoridades das organizações camponesas. Segundo Olson (1966) - que estudou especificamente os movimentos sindicais - a ação coletiva seria, muitas vezes, o fato de uma "*minoría não representativa do grupo*", na medida em que a maioria dos membros espera que os outros atuem, de maneira a ter acesso ao bem coletivo sem esforço em caso de sucesso, ou sem correr risco em caso de fracasso. Este postulado esclarece várias situações onde os animadores de operações de desenvolvimento comunitário avaliam fracassos na ausência de uma mobilização majoritária do grupo na base. Contribui, entre outros fatores, a relativizar o paradigma da participação e a explicar, em parte, o papel da liderança....

Os líderes são, geralmente, os produtores que têm os meios e a vontade de "correr riscos", ou boas razões para tal. A ação coletiva depende, muitas vezes, da existência de um núcleo de indivíduos particularmente motivados, ativos e interessados. São os que possuem recursos suficientes, mas também capacidade de antecipação para redistribuir seu tempo e suas idéias. Por exemplo, são agricultores que podem contar com a mão-de-obra familiar ou que tem como contratar alguém para substituí-los quando precisam viajar ou participar de reuniões.

Além da facilidade de falar e do carisma pessoal que são os atributos essenciais das lideranças camponesas, estes acumulam geralmente quatro características: uma experiência de migração urbana; uma atuação militante nas estruturas da Igreja católica; uma situação econômica mais ou menos estabilizada (posse de terras, rebanho, aposentadoria ou pequeno negócio); uma posição de intermediário político ou de "cabo eleitoral" (Sabourin et al., 1996).

Para a organização da produção ou da ação coletiva, além de convencer, o líder deve saber reunir recursos, meios e homens. Para captar recursos, opera muitas vezes a conjunção entre carisma do discurso comunitário e interesse individual. Da combinação entre interesse individual da liderança e interesse coletivo podem nascer confusões gerando desvios e corrupção. Desvios para interesses privados em nome do bem coletivo são relativamente tolerados nos pequenos grupos por duas razões: a função de dirigente não é remunerada e cada um espera poder aproveitar das suas relações de proximidade com o líder, reproduzindo o esquema clientelista nordestino.

No STR de Toledo, o perfil das lideranças é caracterizado pela prática paternalista de favores, pela permanência de regras preestabelecidas por tutelas. Segundo a FAG, *o líder deve ser firme e religioso, ser honesto, ter conhecimento das leis e ter cursos pela própria federação*. Isto marca de maneira bastante rígida o universo dos selecionáveis aos cargos dirigentes. A FAG construiu também um perfil definido dos representados: os pequenos produtores, os “colonos”. Como afirma um dirigente sindical de Toledo: *“Pois afinal de contas é o pequeno produtor que precisamos conscientizar, é ele que está produzindo”*(R1). Ou seja, por mais que se enquadrassem nos trabalhadores rurais, bóias frias, sem terras e assalariados, a categoria privilegiada era a do pequeno proprietário.

Conclusão

Mudança técnica e mudança social são estreitamente ligadas ao processo de organização dos agricultores familiares. Através dos STR, mas também das cooperativas e associações, novas formas de organização, promovidas em parte pela intervenção externa, foram acompanhando as transformações da agricultura familiar. Em função da relação entre o controle realmente exercitado pelas bases camponesas e as influências alheias, essas novas instituições rurais tiveram um papel acelerador, regulador, ou ao contrário bloqueador dos mecanismos de organização coletiva e autonomia das comunidades rurais.

A atuação do STR de Toledo mostrou um falso processo de participação, não integrou a comunidade rural ao processo de desenvolvimento, nem defendeu os interesses da maioria dos trabalhadores rurais da região. As ações e os temas propostos ou impostos pelos dirigentes sindicais de Toledo, procuravam agradar as tutelas locais, satisfazer aos interesses de uma minoria de sócios, no caso “os colonos”, e manter-se no poder. O interesse de um pequeno grupo sempre prevaleceu em detrimento de uma maioria de trabalhadores rurais que sempre se manteve alienada da sua verdadeira problemática. Seus “direitos” se circunscreveram ao perfil adotado pela representação sindical. Esta não promoveu nenhuma informação ou educação das bases no sentido de compreender o que estava ocorrendo na região no período da modernização da agricultura familiar. A aprendizagem coletiva das bases foi mais que limitada ou existiu a rebeldia do sindicato.

No Nordeste semi-árido, a profissão de agricultor ou de criador tem evoluído rapidamente, o contexto sócioeconômico também. Entre as novas organizações profissionais dos produtores rurais, o sindicato teve um papel pioneiro, sendo a única forma de organização na escala municipal. A atuação dos STR's a favor do desenvolvimento da agricultura familiar depende da sua origem e da sua trajetória, geralmente marcadas pela dependência de tutelas externas (igreja, empresas irrigadas, grupos políticos) ou pelo atendimento prioritário a assistência médica ou social. Em certos casos, o envolvimento nas lutas fundiárias e trabalhistas, foi um fator essencial de aprendizagem coletiva, permitindo a legitimação da representação dos trabalhadores rurais, o acesso a autonomia e a definição de projetos coletivos enraizados na realidade.

Bibliografia

- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. De la justification. Les économies de la grandeur. Paris, França, Gallimard, 1991, 445p.
- BRESSAN, S. J. Sindicalismo rural e sociedade: relações e história. Diss. de mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 1978.
- BRUM, A. Modernização da agricultura: o binômio trigo e soja. Ijuí, Ed. Unijuí, 1985.
- COLOGNESE, S. A produção da representação sindical. Diss. de mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 1991.
- CORADINI, O. Representações sociais e conflitos nas políticas de saúde e previdência social rural. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1988. Tese de doutoramento apresentada ao PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. L'acteur et le système, Paris, França, Le Seuil, 500p.
- FAVEREAU, O. Règle, organisation et apprentissage collectif : un paradigme non standard pour trois théories hétérodoxes. In: Analyse Economique des Conventions, Orléan A. (Dir.), Paris, França, PUF, 1994, pp 115-137.
- FETAEP Histórico do movimento sindical. Curitiba, 1987 (mimeo).
- KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. São Paulo, 1985.
- MADURO, A.M.R. A prática sindical da Fetag. Diss. de mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 1990.
- MARCH, J.G.; SIMON, H.A. Les organisations, Paris, França, Dunod, 1971, 254p. (ed. original em inglês : Organizations, 1958)
- OLSON, M. The Logic of Collective Action - Public Goods and the Theory of Groups Massachusetts, USA- Harvard University Press, 1966, 196p.
- OSTROM, E. Crafting Institutions for self-governing irrigation systems, ICS Pres, Institute for Contemporary Studies, San Francisco, 1992, 111p.
- PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: Paiva, Vanilda (org). Igreja e questão agrária. São Paulo, Loyola, 1985.
- PASCOALOTTO, D. e HACKBART, R. O sindicalismo rural está em crise. Curitiba, 1989.
- SABOURIN, E.; TONNEAU, J.P.; CARON, P. Farmer's organizations and access to innovations: pathways of socio-economic change in Massaroca (Bahia State, Brazil). In: XIVth International Symposium on Sustainable Farming Systems, AFSR/E, Colombo, Sri Lanka, 11-16 nov. 1996, 15p.
- SABOURIN, E.; MARINOZZI, G. ; BAINVILLE, S.; CERDAN C. Mudança institucional e desenvolvimento da agricultura familiar brasileira : dois casos de coordenação dos produtores para o acesso à inovação e ao mercado In: Iº Seminário Brasileiro da nova Economia das Instituições, São Paulo, USP, agosto de 1998, 13p.